

C H A M A D A
ANTIPODA
REVISTA DE ANTROPOLOGÍA Y ARQUEOLOGÍA

**Justiça de transição:
um olhar etnográfico sobre vidas sociais
e mundos morais da reparação**



Recepção
15 de fevereiro a 31 de março de 2027

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE VIDAS SOCIAIS E MUNDOS MORAIS DA REPARAÇÃO

Editores convidados

Cynthia Andersen Sarti (Universidade Federal de São Paulo, Brasil);
Marco Julián Martínez-Moreno (Universidade Federal de São Paulo, Brasil);
Andrés M. F. González-Saíz (Jurisdicción Especial para la Paz
e Universidad de los Andes, Colômbia)

A *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología* convida a comunidade acadêmica a submeter artigos, obras visuais e resenhas inéditas de **15 de fevereiro a 31 de março de 2027**. O recebimento de propostas de artigos e obras visuais será feito pela plataforma <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/antipoda/about/submissions> e das resenhas pelo e-mail antipoda@uniandes.edu.co. Serão aceitos textos em espanhol, inglês e português. Todas as informações sobre o processo editorial e as normas para autores estão disponíveis em <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/antipoda/editorial-policy>

Apresentação

Passadas quase duas décadas das edições 4 e 5 da *Antípoda*, dedicadas à violência, à reparação, à memória e à justiça de transição, o campo da transição deslocou-se para novos cenários sociais, jurídicos, corporais e morais. Comissões da verdade, tribunais especiais, programas de reparação, políticas de memória, arquivos de direitos humanos e dispositivos de acompanhamento psicossocial têm circulado por diversos contextos, produzindo linguagens públicas sobre o dano, a responsabilidade, a reconciliação e os futuros coletivos.

Este dossiê propõe refletir sobre as vidas sociais da transição, interrogando como a justiça é vivida, administrada, traduzida e disputada quando seus dispositivos começam a operar na vida social. A

transição aparece aqui como um campo de práticas, afetos, documentos, corpos, restos humanos, objetos, paisagens, especialistas, rituais, silêncios e formas de autoridade. Em seus cenários, produzem-se verdades públicas, memórias legítimas, vítimas reconhecíveis, perpetradores classificáveis, testemunhas autorizadas, sofrimentos reparáveis e zonas de experiência que permanecem apenas parcialmente traduzidas.

Interessa-nos reunir contribuições que situem a etnografia no centro dos debates internacionais sobre justiça de transição. A etnografia permite acompanhar os modos concretos pelos quais uma experiência de violência se converte em testemunho, arquivo, evidência, relatório, ato de reparação ou memória pública. Também possibilita acompanhar aquilo que circula nas margens desses processos: silêncios, vergonhas, formas de luto, memórias familiares, afetos religiosos, marcas corporais, desacordos morais e expectativas de reconhecimento.

O dossiê dialoga com a antropologia jurídica, a antropologia do Estado, a antropologia moral, a antropologia do corpo, a arqueologia, a antropologia biológica e forense, bem como com os estudos sobre religião pública, humanitarismo, violência, gênero e etnografia dos documentos. A justiça de transição será abordada como uma formação social na qual convergem linguagens jurídicas e políticas, saberes especializados, práticas estatais, gramáticas humanitárias, tecnologias de arquivo, técnicas forenses, materialidades da violência, rituais de reconciliação e modos situados de compreender a pessoa, o corpo, a evidência e o sofrimento.

Temas de discussão

Uma linha central será o papel do antropólogo e de outros cientistas sociais como operadores, mediadores ou tradutores da justiça. Em diferentes processos de transição, antropólogos, historiadores, psicólogos, assistentes sociais, advogados, peritos forenses, arquivistas, gestores da memória e lideranças comunitárias participam da produção de categorias, protocolos de escuta, relatórios, metodologias de registro e cenários públicos de reconhecimento. Essa presença suscita questões éticas e epistemológicas sobre o envolvimento da pesquisa social nos mundos que ela descreve, sobre a autoridade da voz etnográfica e sobre as tensões entre compreensão, perícia, acompanhamento, militância e administração institucional do dano.

Outra linha de interesse será a produção moral de figuras como vítima, sobrevivente, testemunha, perpetrador, ex-combatente, familiar, desaparecido, reparado ou reconciliado. Essas categorias condensam expectativas relacionadas à dor, à inocência, à agência, à culpa, ao arrependimento, à vulnerabilidade e à responsabilidade. Sua circulação abre possibilidades de reconhecimento e produz limiares de compreensão: há sofrimentos que encontram uma linguagem pública e outros que permanecem em registros fragmentários, corporais, familiares, religiosos ou silenciosos. A questão das vítimas encobertas, dos perpetradores vitimizados, das masculinidades feridas, das memórias incômodas e dos corpos que excedem a gramática humanitária do trauma revela-se especialmente relevante.

Por sua vez, o corpo constitui um cenário privilegiado de investigação. Violência sexual, tortura, desaparecimento, exumação, identificação forense, doença, deficiência, luto, envelhecimento de sobreviventes e memórias somáticas demonstram que a justiça de transição atua sobre corpos situados em tramas de gênero, parentesco, território, raça, classe, nação e religião. O corpo comparece como arquivo, prova, vestígio, evidência, signo moral e limite da tradução jurídica. Da mesma forma, a arqueologia e a antropologia forense têm demonstrado como objetos, paisagens, fossas, restos humanos e materialidades da violência participam ativamente da produção de verdade, memória e reparação, abrindo questões fundamentais sobre a relação entre conhecimento especializado, evidência e reconhecimento.

O dossiê busca explorar também as temporalidades posteriores à transição; por exemplo, como os relatórios finais, as recomendações, os atos de perdão, as reparações simbólicas e as promessas de não repetição inauguram temporalidades prolongadas, marcadas pela espera, pelo descumprimento, pela reapropriação, pela fadiga institucional, por novas violências, por heranças geracionais e por formas ordinárias de convivência com o irreparável.

Convidamos à submissão de artigos baseados em pesquisa etnográfica, documental, histórica ou forense sobre justiça, memória, reparação, pós-conflito e pós-violência em diferentes contextos nacionais e transnacionais. Serão bem-vindas contribuições sobre a Colômbia, a América Latina, a África, a Ásia, a Europa, os povos indígenas, as diásporas, os arquivos internacionais de direitos humanos e os processos comparativos. Buscamos textos que articulem materiais empíricos situados com debates teóricos internacionais em antropologia, capazes de demonstrar como a justiça de transição produz mundos sociais, linguagens morais e formas históricas de humanidade.

Perfis acadêmicos dos editores convidados

Cynthia Andersen Sarti é professora titular de Antropologia na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), graduada, mestre e doutora em Ciências Sociais e Antropologia pela Universidade de São Paulo, com livre-docência obtida na UNIFESP. Sua trajetória foi construída no cruzamento entre antropologia, ciências sociais, saúde coletiva e debates públicos sobre vulnerabilidade, acompanhando os modos pelos quais família, corpo, doença, pobreza, dor, violência, memória e gênero se inscrevem em formas concretas da vida social. Desde suas pesquisas sobre a família popular urbana no Brasil, especialmente em *A família como espelho*, tem investigado a produção situada da pessoa, dos vínculos familiares, das moralidades cotidianas e das formas de reconhecimento que atravessam experiências de precariedade, cuidado e pertencimento. Em seus trabalhos posteriores, essa preocupação desloca-se para o sofrimento associado à violência, a produção social da vítima, a figura da testemunha, as memórias da ditadura brasileira, o exílio, os corpos afetados pela doença e as linguagens públicas da vulnerabilidade. Sua obra acompanha as mediações por meio das quais uma experiência íntima se transforma em narrativa, demanda moral, inscrição política ou arquivo de memória, sem separar os acontecimentos dos dispositivos institucionais, terapêuticos, jurídicos e acadêmicos que os tornam inteligíveis. Teve papel central na implantação e consolidação da área de Ciências Humanas da UNIFESP, foi diretora acadêmica do Campus Guarulhos, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, diretora da Editora UNIFESP e vice-coordenadora da Cátedra Edward Saïd de Estudos da Contemporaneidade. Entre suas publicações destacam-se *A família como espelho*; *Corpo, dor e violência: a produção da vítima*; e *A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha*.

Marco Julián Martínez-Moreno é antropólogo pela Universidad Nacional de Colombia, mestre e doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília. Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado na Universidade Federal de São Paulo sobre violência sexual contra homens, testemunho e verdade em processos de justiça de transição, a partir de uma reflexão sobre as formas históricas da pessoa pressupostas e produzidas pelo humanitarismo contemporâneo, sobre os modos pelos quais o sofrimento se converte em signo de verdade e sobre as fricções que essa gramática suscita em campos atravessados por reformas igualitárias, moralidades conservadoras e disputas pela legitimidade da vítima. Sua trajetória foi construída entre a Colômbia e o Brasil, acompanhando os deslocamentos da violência quando esta passa por políticas públicas, tribunais, pedagogias de gênero, dispositivos terapêuticos, arquivos morais e linguagens de direitos. Desde suas pesquisas sobre masculinidades e judicialização da violência contra as mulheres, tem investigado a produção

situada do agressor, da vítima, do homem reformável, do sujeito de direitos e da pessoa moralmente reconhecível. Em seus trabalhos mais recentes, essa preocupação desloca-se para os regimes contemporâneos de vitimização, as alteridades incômodas, as direitas e suas gramáticas morais, bem como para a relação agonística entre reformas humanitárias, sensibilidades igualitárias e reações conservadoras. Realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de atuar como professor e pesquisador visitante em instituições do Brasil, da Colômbia e do México. Entre suas publicações destacam-se *A agência humana e a força: emoção, conversão e resistência na judicialização da violência contra a mulher*, além de artigos publicados em *Mana*, *Vibrant*, *Anuário Antropológico*, *Cadernos Pagu*, *Revista de Antropologia*, *Anthropologica* e *Anales de Antropología*.

Andrés M. F. González-Saíz é antropólogo pela Universidad de los Andes, mestre em Pesquisa em Antropologia Social pela Goldsmiths, University of London, e doutor em Antropologia Cultural pela Rutgers University. Atualmente, atua como analista cultural na Jurisdição Especial para a Paz e como coordenador de publicações do Programa de Estudos Críticos das Transições Políticas da Universidad de los Andes. Seu trabalho situa-se na interseção entre a antropologia do Estado, os estudos sobre violência, justiça de transição e burocracias de segurança nacional. A partir de pesquisas etnográficas em instituições militares, organizações de vítimas e cenários de construção da paz, tem analisado as transformações da cultura militar colombiana, as disputas pela memória e pela atribuição de responsabilidades, bem como a circulação política de categorias como vítima, direitos humanos e reconciliação em contextos de conflito e pós-conflito. Suas pesquisas exploram também os dilemas éticos e metodológicos da pesquisa social com atores vinculados a experiências de violência e os modos pelos quais discursos humanitários, jurídicos e morais são apropriados, reinterpretados e mobilizados por instituições estatais e atores políticos. Publicou trabalhos sobre memória histórica, violência e moralidade, metodologias etnográficas, militarização dos direitos humanos e extremas direitas contemporâneas. Entre suas publicações recentes encontram-se o artigo “Entre ‘alteridades reprochables’ y ‘otredades irredimibles’: violencia, moralidad y los límites de la comprensión etnográfica”, publicado na *VIBRANT*, e o capítulo “Curadurías del martirio: victimización, afectos y guerra cultural en las (nuevas) derechas”. Atualmente, pesquisa disputas contemporâneas em torno da verdade, da memória e da legitimidade política na Colômbia.